

MA

Pr. Guedes

Relatório &
Contas -
2013



ESPROSER – ESCOLA PROFISSIONAL, S.A.



Índice:

- 1 – Relatório de gestão
- 2 – Demonstrações financeiras
- 3 – Anexo às demonstrações financeiras

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



1 – Relatório de gestão



Rui Guedes

ESPROSER – Escola Profissional, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Período findo em 31 de dezembro de 2013



INTRODUÇÃO

A ESPROSER – Escola Profissional, S.A., (*doravante designada por “Escola”*) com sede social em Sernancelhe, com o capital social de 50.000 euros, tem como atividade principal o Ensino Profissional. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2013.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Empresa, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Empresa se defronta.

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O enquadramento externo da economia portuguesa permaneceu estável durante o ano de 2013. Depois de verificado o abrandamento da atividade económica à escala global em 2012 a projeções mais recentes da OCDE apontam para um crescimento da economia de 3,1% em 2013, um ritmo, idêntico ao de 2012, mas significativamente abaixo aos verificados nos períodos anteriores à crise financeira internacional que crescia a uma média (1998 a 2007) de 7,5%. Para este arrefecimento foi notório a abrandamento económico da China e Brasil nas chamadas economias emergentes e o fraco desempenho dos Estados Unidos da América, Área Euro e Japão nas chamadas economias avançadas.

1.1. A Nível Internacional e Europeu

Fazendo o enquadramento internacional verificado em 2013, podemos dizer que este se marcou por perspectivas de um fraco crescimento relativamente à economia mundial, sendo evidente um abrandamento das chamadas economias emergentes bem como um fraco crescimento das economias mais avançadas, incluindo também uma contração na área euro. Contudo, alguns sinais mais recentes podem perspetivar alguma recuperação da economia na zona euro para o ano de 2014.

Relativamente à área euro, o BCE manteve uma política monetária de prudência que se caracterizou pela redução das taxas de referência, que serão mantidas por um período mais alargado e, pelo anúncio da manutenção das operações de cedência de liquidez com taxa fixa e montante ilimitado

por período mais prolongado. Não obstante, as condições de financiamento do sector financeiro continuam restritivas, continuando a existir uma fragmentação dos mercados de crédito na zona euro, nomeadamente no que diz respeito aos diferenciais de condições de financiamento das sociedades não financeiras entre os países com elevada notação de crédito e os países sob pressão da dívida soberana.

1.2. A Nível Nacional

A economia portuguesa continuou em 2013 o ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos que se foram acumulando ao longo das últimas décadas. Este ajustamento implicou a adoção de um grande conjunto de medidas restritivas de consolidação orçamental e de uma desalavancagem do sector privado, os quais tiveram como consequência uma forte contração da procura interna. O Programa de Assistência Económica e Financeira, tem decorrido perante um enquadramento internacional desfavorável. Não obstante, as exportações de bens e serviços têm revelado uma robustez assinalável, tendo conseguido efetivar ganhos de quota de mercado muito significativos. Estas manifestam uma notável capacidade de adaptação do sector produtivo português, o que provocou uma assinalável correção dos desequilíbrios económicos internos e externos. Em particular, de referir o saldo positivo da balança corrente e de capitais que se traduz na capacidade líquida de financiamento da economia, e numa consolidação estrutural das contas públicas.

Contudo, este processo de ajustamento teve como consequências custos significativos ao nível da atividade empresarial e do emprego. Estes custos, foram contudo ampliados pelos ajustamentos efetuados em anos anteriores e ocorrerem num contexto de natureza sistémica da crise financeira internacional e pela crise da dívida soberana verificada na área euro.

As condições monetárias e financeiras continuaram restritivas em 2013, ainda que com um ligeiro desanuviamento. O acesso ao crédito internacional dos bancos nacionais, continua muito restritivo, contudo em termos médios, verificou-se uma redução dos prémios de risco e da dívida soberana, face ao ano anterior. Em contrapartida, o financiamento do setor bancário por recurso a depósitos de particulares continua estável e o seu custo continua a descer.

Relativamente ao setor não financeiro, registou-se uma ligeira descida dos prémios de risco e de uma estabilização do grau restritivo das condições aplicadas pelos bancos na aprovação do crédito. Este crédito continua a reduzir-se a um ritmo moderado e estável. Esta traduziu-se na continuação de um processo gradual e ordenado de desalavancagem do sector privado e a contração da procura



agregada. Relativamente a estas sociedades não financeiras, continua a existir uma maior dificuldade de financiamento às sociedades de menor dimensão, mais orientadas para o mercado interno com uma situação financeira mais frágil, em sentido contrário, as empresas de bens transacionáveis mais viradas para o mercado externo, enfrentam menores dificuldades de acesso ao financiamento.

As condições do mercado de trabalho continuaram a deteriorar-se tendo-se verificado uma queda significativa no emprego apesar da diminuição da taxa de desemprego de 17,7% para 15,6%, enquanto a taxa de atividade apenas subiu de 60,1% para 60,3%. Estas evoluções ocorreram em simultâneo com uma descida significativa da população ativa e de uma redução da população residente, com especial incidência na população mais jovem caracterizada por qualificações mais elevadas e maior mobilidade.

A consequência desta mobilidade tem-se feito sentir mais na redução da taxa de desemprego apresentada nos últimos meses de 2013 motivada pela enorme saída de recém-licenciados (cerca de 100.000 em 2013) do país e de desempregados que tendo chegado ao final do seu período de apoio, perderam o direito ao fundo de desemprego e, conseqüentemente saíram das estatísticas, do que a efetiva criação de ofertas de emprego.

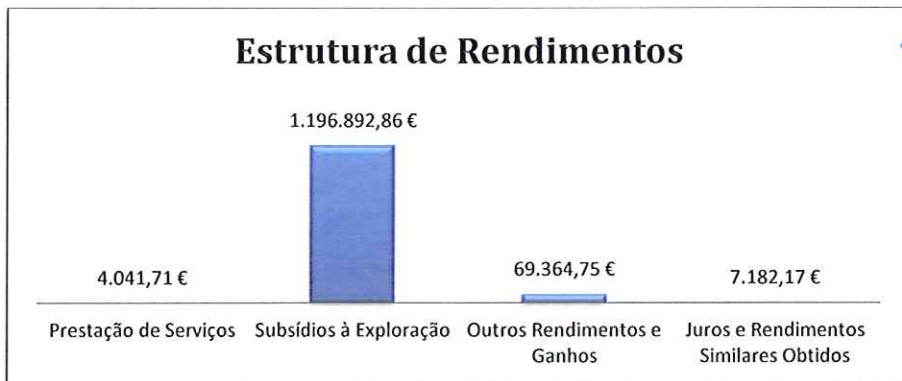
A incidência do desemprego de longa duração atinge já os 60% do total dos desempregados, o que é consistente com a redução acentuada de novas contratações

Em termos orçamentais, Portugal vai atingir em 2013 as metas estabelecidas pela *Troika*. O défice orçamental em 2013 deverá ficar abaixo 5,0% do Produto Interno Bruto (PIB).

2. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

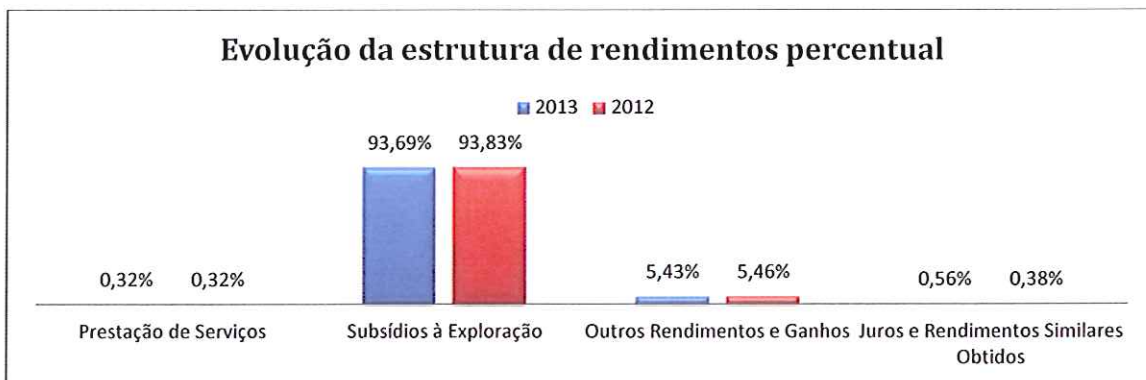
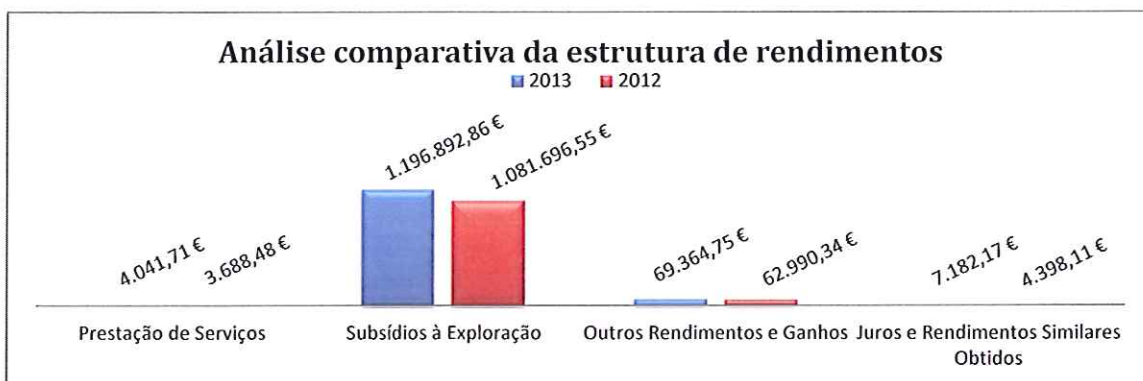
No período de 2013 os resultados da ESPROSER-Escola Profissional, S.A., espelham a atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o resultado líquido ascendeu a 54.507,37€, representando uma variação de 16,02% relativamente ao período anterior.

A composição dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas no gráfico seguinte:



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Seguidamente apresentam-se comparações entre os rendimentos obtidos em 2013, com os obtidos em 2012, em termos absolutos e em termos percentuais, efetuando-se em seguida um comentário às principais variações ocorridas:



A distribuição dos rendimentos obtidos manteve-se, tendo-se verificado no entanto, um aumento dos mesmos, comparativamente ao período anterior. Esta variação explica-se em parte pela manutenção do mesmo número de turmas (10 turmas) e em simultâneo um aumento do número de alunos, com a respectiva dotação orçamental a acompanhar esta evolução. De salientar que os subsídios à exploração, correspondem exclusivamente à Medida 1.2 – Ensino Profissional, financiada

[Handwritten signature]

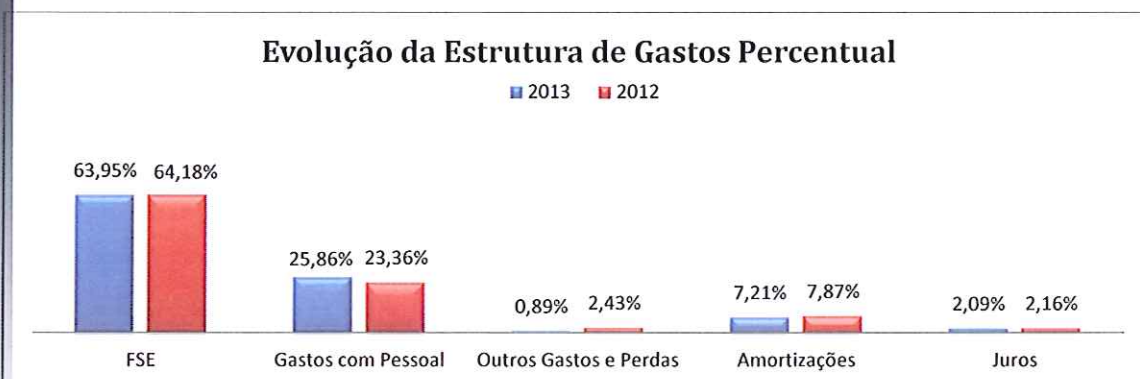
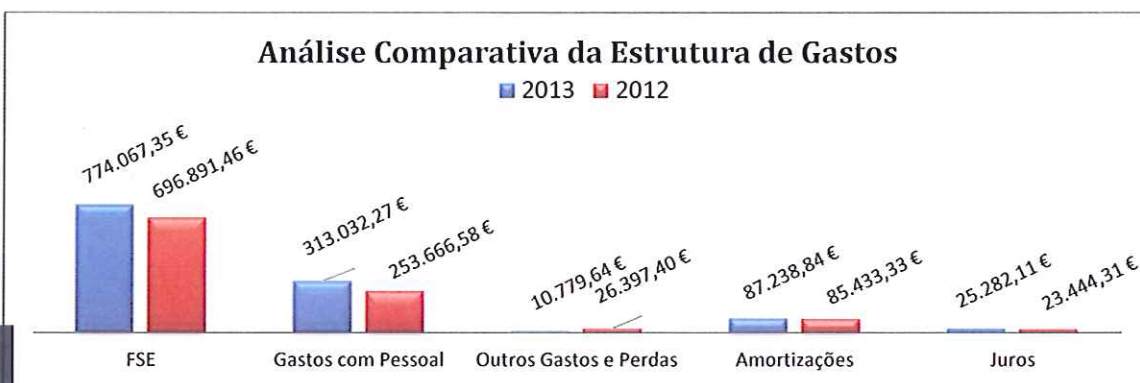
a 100% pelo POPH (85% através do FSE e 15% do Orçamento Nacional), e correspondem a mais de 93% do total de proveitos obtidos.

[Handwritten signature]

Relativamente aos gastos incorridos no período de 2013, a sua composição e respetiva estrutura são apresentadas no gráfico seguinte:



Seguidamente apresentam-se comparações entre os gastos incorridos em 2013, com os incorridos em 2012, em termos absolutos e em termos percentuais, efetuando-se em seguida um comentário às principais variações ocorridas:



Em relação à estrutura de gastos da ESPROSER, mais uma vez surgem destacados os gastos em Fornecimentos e Serviços Externos a representarem quase 2/3 de todos os custos da Escola. Houve um aumento absoluto do valor de FSE, apesar de se ter verificado a redução do seu peso em termos relativos.

De seguida surgem os gastos com pessoal a representarem pouco mais de 1/4 dos gastos da Escola. Devemos salientar o facto de termos registado um aumento significativo nos gastos com pessoal, que podem ser explicados por 2 motivos fundamentais; Enquanto em 2012 existiram cortes nos subsídios de férias e de Natal, previstos no Orçamento de Estado para 2012 (Lei n.º 64-B/2011, artigos 21º e 25º alínea 6-), para além dos cortes salariais sofridos com a introdução do orçamento de estado para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, artigos 19º alínea 1- e alínea 9- q) e t)), em 2013, por decisão do Tribunal Constitucional, foram repostos os respectivos subsídios; Outro facto que explica o aumento de gastos com pessoal, prende-se com o aumento do número de efectivos, de 13 para 17 colaboradores, durante o exercício de 2013, com a respectiva criação líquida de 4 postos de trabalho.

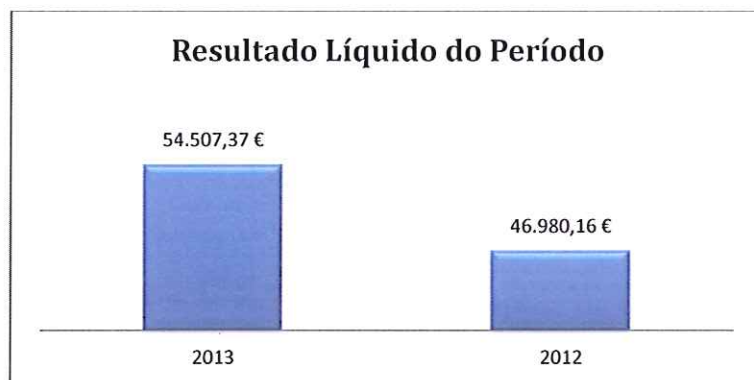
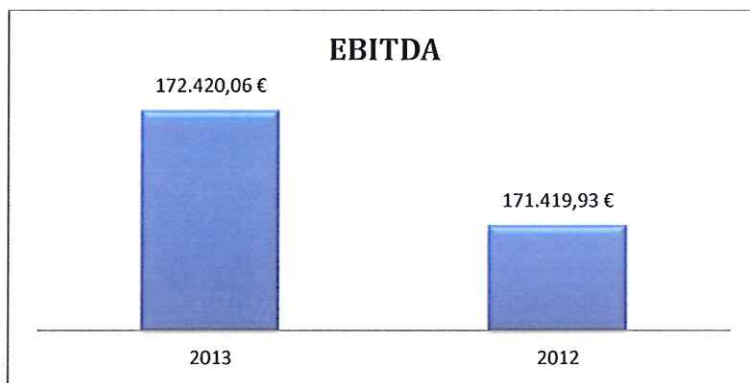
As restantes rubricas de gastos, representam 1/10 do valor global apresentado, sendo a maior parcela atribuída às depreciações do período, seguida dos juros suportados pelos empréstimos e por fim outros gastos e perdas.

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos:

Rubricas	Períodos	
	2013	2012
Gastos com pessoal	313.032,27€	253.666,58 €
N.º Médio de pessoas	17	13
Gasto médio por pessoa	18.413,66€	19.512,81€

Na sequência da explicação anterior, verificamos um aumento dos gastos com pessoal em relação ao exercício de 2012. No entanto o gasto médio por pessoa diminuiu.

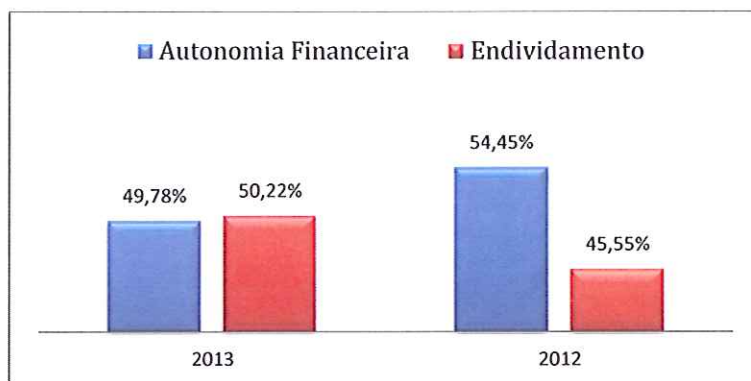
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a sociedade apresentou, comparativamente ao período anterior valores de EBITDA e Resultado Líquido:



Verifica-se que comparativamente aos períodos de 2012 e 2013 os Resultados Líquidos aumentaram mais de 16%, quando os resultados antes de impostos são quase coincidentes. Esta variação do valor e consequente redução de impostos a pagar, devem-se ao Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (Lei n.º 49/2013 de 16 de Julho), que permitiu que a Escola tivesse pago menos 3.418,15€ e também a uma diminuição dos acréscimos à tributação.

Em relação ao EBITDA, verificou-se um pequeno aumento de pouco mais de 1.000€, em relação ao período transacto.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da sociedade apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



A autonomia financeira da ESPROSER diminuiu na mesma medida do aumento do endividamento. No entanto a ESPROSER apresenta uma cobertura do seu activo de quase 50%, através de capitais próprios.

3. ANÁLISE ECONOMICA E FINANCEIRA

3.1. Posição financeira:

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da sociedade através da análise dos seguintes itens de balanço:

RUBRICAS	2013		2012	
Ativo não corrente	499.226,60 €	43,17%	477.072,35 €	48,82%
Ativo corrente	657.024,11 €	56,83%	500.200,78 €	51,18%
Total ativo	1.156.250,71 €		977.273,13€	

RUBRICAS	2013		2012	
Capital Próprio	575.621,42 €	49,78%	532.098,88 €	54,45%
Passivo não corrente	145.737,04 €	12,60%	71.282,37 €	7,29%
Passivo corrente	434.892,25 €	37,62%	373.891,88 €	38,26%
Total Capital Próprio e Passivo	1.156.250,71 €		977.273,13 €	



Verificou-se um aumento apreciável do valor do activo da ESPROSER, financiado em parte por capitais próprios, tendo também a Empresa recorrido ao endividamento.

3.2. Indicadores de Gestão

Indicadores de Gestão	2013	2012	Δ
Volume de Negócios	4.042	3.688	9,58%
Resultados Líquidos	54.507	46.980	16,02%
Cash-Flow	141.746	132.413	7,05%
Capital Próprio	575.621	532.099	8,18%
Ativo Total Líquido	1.156.251	977.273	18,31%
Ativo Fixo	499.227	477.072	4,64%
Capitais Permanentes	721.358	603.381	19,55%

Em análise ao quadro apresentado, este propicia os seguintes comentários:

- O **Volume de Negócios** registou um aumento de 9,58% em 2013 relativamente ao valor apresentado em 2012. Este aumento é significativo, principalmente, por se encontrar em contra-ciclo com a conjuntura, nacional e internacional.
- Relativamente aos **Resultados Líquidos** estes apresentam um valor de 54.507,37 €, valor superior em cerca de 16,02 % relativamente a 2012. A sua justificação encontra-se no facto da Escola ter aproveitado o Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento e também na diminuição dos acréscimos à tributação, permitindo melhorar os resultados.
- O **Cash-Flow** gerado em 2013 ascendeu ao valor de 141.746 €, superior em 7,05 % relativamente ao valor de 2012. A sua justificação encontra-se no facto de termos um resultado líquido superior, bem como um pequeno aumento das depreciações do período.
- O **Capital Próprio** teve alterações durante o período findo em 2013 relativamente ao mesmo período de 2012, devido ao facto de ter incorporado na totalidade o resultado líquido do exercício, que implicou um aumento de 8,18%.
- O **Ativo Líquido** tem um valor de 1.156.250,71 €, teve também um incremento de 18,31 % em 2013 relativamente ao ano anterior motivado pelo aumento do investimento, pelo





[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

aumento do saldo a receber do POPH e fundamentalmente pelo reforço das aplicações financeiras efectuadas junto de instituições bancárias.

- O Ativo Fixo apresenta um valor de 499.226,60 €, registou um incremento de 4,64 % relativamente a 2012 motivado, pelo investimento nas seguintes classes de ativos:

- ✓ Equipamento Básico, no montante de 22.521,73 euros;
- ✓ Equipamento de Transporte, no montante de 69.135,00 euros;
- ✓ Equipamento Administrativo, no montante de 5.122,71 euros;
- ✓ Edifícios e Outras Construções, no montante de 18.019,50 euros.

- A rubrica **Capitais Permanentes** apresenta um valor de 721.358 € sendo o acréscimo em relação ao ano anterior de 19,55 %. Este valor reflete fundamentalmente o aumento provocado pelo aumento dos resultados transitados e do empréstimo de curto-prazo para a aquisição de viatura.

3.3. ANÁLISE FINANCEIRA

De seguida apresentam-se alguns indicadores, relativamente à análise financeira da Empresa, nos períodos findos em 2013 e 2012.

Análise Financeira	2013	2012	Δ
Autonomia Financeira	49,78%	54,45%	-8,57%
Solvabilidade	99,14%	119,53%	-17,06%
Liquidez Imediata	6,17%	2,83%	118,22%
Liquidez reduzida	151,08%	133,78%	12,93%
Liquidez Geral	151,08%	133,78%	12,93%
Endividamento	0,50	0,46	10,24%

Em análise ao quadro apresentado, este propicia os seguintes comentários:

- A **Autonomia Financeira** apresenta um valor de 49,78 % o que representa uma diminuição de 8,57 % relativamente ao período anterior. Representa a percentagem do capital próprio que financia o ativo. A diminuição justifica-se com a maior cobertura dos investimentos



efectuados e já referidos através de endividamento, em relação aos capitais próprios, apesar do aumento significativo destes últimos por reforço dos resultados transitados.

- A **Solvabilidade** apresenta um valor de 99,14 % o que representa uma diminuição de 17,06 % relativamente ao período anterior. Representa a proporção do valor do passivo garantido pelos capitais próprios (o inverso do DEBT to Equity Rácio).
- A **Liquidez Imediata** apresenta um valor de 6,17 % o que representa um aumento de 118,22 % relativamente ao período anterior. Representa a capacidade das disponibilidades imediatas (caixa e bancos) solverem o passivo corrente.
- A **Liquidez Reduzida** apresenta um valor de 151,08 % o que representa um aumento de 12,93 % relativamente ao período anterior. Representa a capacidade de os ativos correntes (menos os inventários) solverem o passivo corrente.
- A **Liquidez Geral** apresenta um valor de 151,08 % o que representa um aumento de 12,93 % relativamente ao período anterior. Representa a capacidade dos ativos correntes solverem os passivos correntes. Quando o seu valor é superior a um (100%), é frequentemente assumido que a empresa possui uma boa situação financeira no curto prazo.
- O **Endividamento**, apresenta um valor de 0,50 o que representa um aumento de 10,24% relativamente ao período anterior. Representa a capacidade do total do ativo líquido solver o total do passivo.

3.4. ANÁLISE ECONÓMICA

Vamos agora apresentar alguns indicadores, relativamente à análise económica no período findo em 2013 e comparativamente com 2012.

Análise Económica	2013	2012	Δ
Rendibilidade do Ativo (ROA)	7,37%	8,80%	-16,27%
Rentabilidade do Capital Próprio (return on equity)	9,47%	8,83%	7,25%

Em análise aos dados do quadro apresentados, este propicia os seguintes comentários:



- **Rendibilidade do Ativo (ROA)** apresenta um valor de 7,37 % o que representa uma diminuição de 16,27 % relativamente ao período anterior.
- **Rentabilidade do Capital Próprio (return on equity)** apresenta um valor de 9,47 %, o que representa um aumento de 7,25 % relativamente ao período anterior.

Os indicadores de gestão, financeiros e económicos apresentados, indiciam que, a Empresa, apresenta uma estrutura sólida, garantida por uma gestão prudente e eficaz, secundada por um bom desempenho relativamente à atividade desenvolvida em 2013 justificada pela qualidade de excelência reconhecida pela generalidade de todos os seus stakeholders.

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A ESPROSER – Escola Profissional, S.A. no período económico findo em sábado, 31 de Dezembro de 2013 alcançou o resultado líquido de 54.507,37€, propondo, para reforço do Capitais Próprios, a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

- Resultados Transitados 54.507,37 euros.

5. EXPETATIVAS FUTURAS

5.1 Cenário económico

As projeções já conhecidas para o biénio de 2014/2015 apontam para as perspetivas de uma recuperação gradual da economia portuguesa.

A partir do início de 2014, e ao longo deste biénio a economia deverá apresentar taxas de variação homólogas do PIB positivas.

Assim, no biénio de 2014 e 2015, o crescimento da economia portuguesa tenderá a aproximar-se dos valores atualmente projetados para o conjunto da área do euro. Esta evolução favorável terá como fatores principais a robustez das exportações de bens e serviços e a aceleração da procura interna, com destaque para o investimento empresarial.

A correção dos desequilíbrios verificados ao longo das últimas décadas deverá continuar ao longo deste biénio bem como nos anos seguintes.



Como consequências destas correções podemos destacar a reafecção de recursos existentes a favor das empresas produtoras de bens e serviços transacionáveis e exportáveis e a evolução dos fluxos de novos créditos concedidos pelo sistema financeiro.

Também queremos sublinhar a natureza predominantemente estrutural da correção do desequilíbrio das contas externas. Assim, os atuais excedentes da balança corrente e de capital deverão sair reforçados ao longo do horizonte deste biénio, traduzindo deste modo a conjugação de um ligeiro aumento do investimento interno com a manutenção da tendência ascendente da poupança dos agentes internos.

Também após os significativos ajustamentos dos custos salariais observado no setor privado nos últimos anos, perspectiva-se uma evolução salarial consistente com o crescimento projetado para a produtividade. Finalmente, o processo de consolidação orçamental deverá continuar ao longo deste biénio, tendo por base o conjunto de medidas inscritas no Orçamento de Estado para 2014 que é consistente com os objetivos assumidos pelas autoridades para esse período.

O processo de ajustamento em vigor deverá assumir uma natureza permanente, não só no que se refere à trajetória de consolidação orçamental de médio prazo mas também ao conjunto de reformas estruturais em curso para garantir uma trajetória sustentadamente descendente da dívida pública. Esta trajetória descendente surgirá reforçada se através de um quadro institucional se conseguirem definir regras e procedimentos orçamentais que conduzam a uma gestão prudente das finanças públicas, que sejam promotor do investimento, da inovação e da incorporação de progresso tecnológico por parte das empresas, e que favoreça um continuado investimento em educação e capital humano por parte das famílias. São estes os fatores essenciais para assegurar um maior e mais equilibrado crescimento económico no longo prazo.

O regresso de Portugal aos mercados financeiros garantindo um financiamento estável através destes num futuro próximo é uma condição indispensável para a firme credibilização do ajustamento económico no médio e longo prazo.

5.2 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que o futuro próximo da Empresa passe pela manutenção da aposta no Ensino Profissional e estudar a possibilidade de alargar a aposta noutros níveis de formação e de prestações de serviços a prestar ao



Concelho de Sernancelhe. Nesse sentido, a ESPROSER está inserida em diversas redes locais, em parceria com o Município de Sernancelhe, ÂMBULA (Associação dos Funcionários da Câmara Municipal de Sernancelhe), CLAS (Concelho Local de Acção Social), Associação Sementes da Terra, ACIS (Associação Comercial e Industrial de Sernancelhe), CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens), IPJ (Instituto Português da Juventude), IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional), entre outras instituições. Estas parcerias implicam o apoio de actividades efectuadas localmente, em eventos realizados, como por exemplo a Feira Sementes da Terra, que tem uma visibilidade regional, eventos regulares efectuados no Concelho, apoio de carenciados, promoção de eventos dirigidos a jovens, incluindo aos nossos alunos, aos idosos, entre outros. Apoio ao empreendedorismo e empregabilidade dos nossos alunos.

Em relação à evolução do Ensino Profissional, verificamos uma redução de potenciais candidatos à frequência do ensino profissional, mas que é colmatada da nossa parte com um reforço de investimento quer da melhoria das condições disponibilizadas aos alunos, quer no aumento do investimento em publicidade/imagem, pretendendo nós garantir cada vez mais alunos.

Com a entrada em vigor de um novo Quadro de Apoio Comunitário, conjugado com as dificuldades financeiras do país, prevemos um aumento das restrições e apoios a conceder às Escolas Profissionais, quer na redução dos apoios directos concedidos aos alunos, quer na redução do financiamento por turma a conceder nas novas candidaturas.

6. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Escola não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias. Aliás a sociedade não é detentora de ações próprias.

Após o termo do período não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras, ou que necessitem de ser divulgados.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores, nem lhes foram concedidos quaisquer empréstimos ou adiantamentos por conta de lucros.

Não existem dívidas em mora perante o Sector Público Estatal ou Segurança Social.



As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da sociedade em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da sociedade, entende que a sociedade tem capacidade de prosseguir em continuidade, atendendo ao histórico de operações lucrativas alcançadas e tem já contratados os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da sua atividade.

A sociedade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela sociedade.

A sociedade seguiu, ao nível da gestão de risco, a política adotada:

a) RISCO DE CRÉDITO

i) Outros ativos financeiros para além de Créditos sobre Clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais, a sociedade detém ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, tais como depósitos bancários, investimentos financeiros e derivados financeiros (com valor de mercado positivo). Consequentemente, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras que são contraparte nestes relacionamentos.

Como regra, os ativos financeiros decorrentes deste relacionamento com Instituições Financeiras envolvem contrapartes com *rating* mínimo de *Investment Grade*. Por outro lado, de um modo geral, a exposição relacionada com este tipo de ativos financeiros é amplamente diversificada e de duração limitada no tempo.

b) RISCOS DE MERCADO

i) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes *cash-flows* de pagamento de juros, a sociedade encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro.



Como regra geral a sociedade não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.

ii) *Risco de Taxa de Câmbio*

A sociedade não está exposta ao risco de taxa de câmbio de transação.

c) RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende as seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais;
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida.
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez.

7. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Desde a data de encerramento das contas do período findo em 31 de Dezembro de 2013, até à presente data, não ocorreram eventos subsequentes relevantes que tenham efeitos materialmente relevantes sobre as Demonstrações Financeiras, ou que mereçam divulgação.



As Demonstrações Financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração no dia 3 de março de 2014, as quais posteriormente serão remetidas à Assembleia-geral Anual de acionistas, que poderão solicitar a sua retificação, ou proceder à sua aprovação.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes (alunos) e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

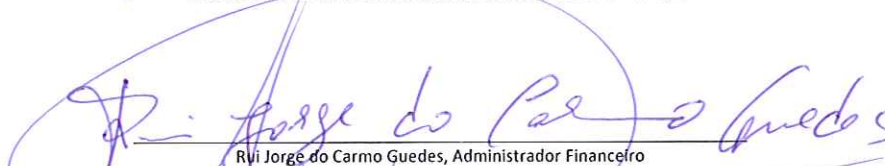
Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Empresa.

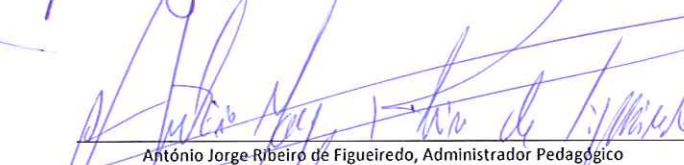
Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, as quais foram autorizadas para emissão na presente data, e serão posteriormente remetidas à Assembleia- Geral de acionistas/sócios, a qual dispõe de poderes para as aprovar, alterar ou rejeitar.

Sernancelhe, 03 de Março de 2014

O Conselho de Administração;


Ana Isabel Brás-Chaves, Presidente do Conselho de Administração


Rui Jorge do Carmo Guedes, Administrador Financeiro


António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Administrador Pedagógico



9. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º e o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais (CSC):

Relação dos membros dos Órgãos de Administração e fiscalização e respetivas ações

- Ana Isabel Brás Chaves - Presidente 0 ações;
- Rui Jorge do Carmo Guedes - Vogal 0 ações; e,
- António Jorge Ribeiro de Figueiredo - Vogal 0 ações.

Relação dos acionistas com mais de um décimo / um terço ou metade do capital social:


Com mais de um terço:

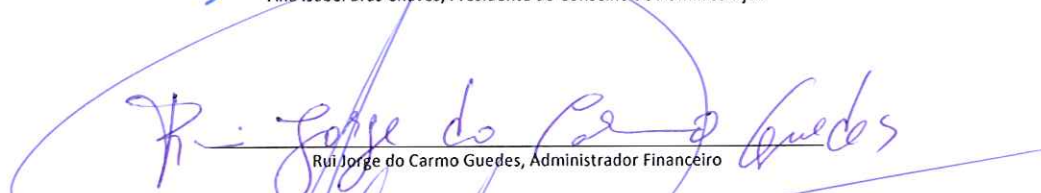
Liga de Amigos da ESPROSER - 4.000 ações;

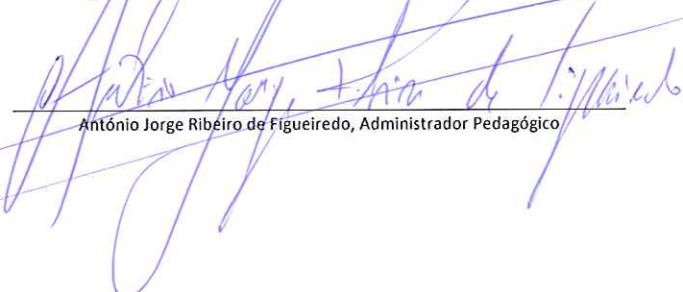
Com mais de metade:

Câmara Municipal de Sernancelhe - 6.000 ações.

O Conselho de Administração;


 Ana Isabel Brás Chaves, Presidente do Conselho de Administração


 Rui Jorge do Carmo Guedes, Administrador Financeiro


 António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Administrador Pedagógico





2 – Demonstrações financeiras

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2013

Valor em Euros

Datas

RUBRICAS	Notas	31-12-2013	31-12-2012
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	498.726,60	476.572,35
Participações financeiras - Outros métodos	8	500,00	500,00
Total de Ativos Não Correntes		499.226,60	477.072,35
Ativo corrente			
Estado e outros entes públicos	15	1.838,48	0,00
Outras contas a receber	13	300.199,45	216.089,62
Diferimentos	13	8.087,54	8.530,98
Outros ativos financeiros	13	320.044,30	265.000,00
Caixa e depósitos bancários	4	26.854,34	10.580,18
Total de Ativos Correntes		657.024,11	500.200,78
Total do ATIVO		1.156.250,71	977.273,13
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	13	50.000,00	50.000,00
Reservas legais	13	10.000,00	10.000,00
Outras reservas	13	73.122,09	73.122,09
Resultados transitados	13	282.262,81	238.715,41
Outras variações no capital próprio	13	105.729,15	113.281,22
Resultado líquido do período	13	54.507,37	46.980,16
Total do Capital Próprio		575.621,42	532.098,88
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7-13	114.155,61	33.521,96
Passivos por impostos diferidos	12	31.581,43	37.760,41
Total de Passivos Não Correntes		145.737,04	71.282,37
Passivo corrente			
Fornecedores	13	105.012,83	35.508,70
Estado e outros entes públicos	15	12.745,82	29.261,09
Financiamentos obtidos	7-13	188.755,75	245.798,46
Outras contas a pagar	13	58.331,32	63.323,63
Diferimentos	13	70.046,53	0,00
Total de Passivos Correntes		434.892,25	373.891,88
Total do Passivo		580.629,29	445.174,25
Total do Capital Próprio e do Passivo		1.156.250,71	977.273,13

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

Demonstração de Resultados por Naturezas Individuais, em 31 de dezembro de 2013

Valores em euros

RENDIMENTOS E GASTOS		Notas	Períodos	
			2013	2012
Prestações de serviços	+	9	4.041,71	3.688,48
Subsídios à exploração	+	10	1.196.892,86	1.081.696,55
Fornecimentos e serviços externos	-	15	(774.067,35)	(696.891,46)
Gastos com pessoal	-	15	(313.032,27)	(253.666,58)
Outros rendimentos e ganhos	+	10-15	69.364,75	62.990,34
Outros gastos e perdas	-	15	(10.779,64)	(26.397,40)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		172.420,06	171.419,93
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	6	(87.238,84)	(85.433,33)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		85.181,22	85.986,60
Juros e rebdimentos similares obtidos	+	9-15	7.182,17	4.398,11
Juros e gastos similares suportados	-	15	(25.282,11)	(23.444,31)
Resultado antes de impostos	=		67.081,28	66.940,40
Imposto sobre rendimento do período	-/+	12	(12.573,91)	(19.960,24)
Resultado liquido do período	=		54.507,37	46.980,16
Resultado por ação básico			1,09	0,94

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Demonstração de Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2013

Valores em euros

Períodos

RUBRICAS		Notas	Períodos	
			2013	2012
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes	+	9	3.477,40	3.688,48
Pagamentos a fornecedores	-	13-15	(704.674,73)	(681.210,52)
Pagamentos ao pessoal	-	15	(313.480,42)	(210.435,29)
Caixa gerada pelas operações	+/-		(1.014.677,75)	(887.957,33)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	12-15	(35.043,47)	(8.493,11)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	10-15	1.226.918,71	1.014.503,96
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-	177.197,49	118.053,52
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	-	6	(109.393,09)	(210.081,41)
Outros instrumentos financeiros	-	13	(55.044,30)	(100.000,00)
Recebimentos provenientes de:				
Juros e rendimentos similares obtidos	+	9-15	2.452,72	4.398,11
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-	(161.984,67)	(305.683,30)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	+	13	1.260.000,00	1.165.000,00
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-	13	(1.236.409,06)	(953.691,34)
Juros e gastos similares	-	15	(22.529,60)	(23.444,31)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)		1.061,34	187.864,35
Varição de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)		16.274,16	234,57
Efeito das diferenças de câmbio	+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	4	10.580,18	10.345,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	4	26.854,34	10.580,18

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

Demonstração das Alterações no Capital Próprio findo no período 2013

DESCRIÇÃO		Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
			Capital realizado	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Outras variações no capital próprio		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	1		50.000,00	10.000,00	73.122,09	238.715,41	113.281,22	46.980,16	532.098,88
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Reversão do passivo por imposto diferido		12				(3.432,76)	3.432,76		0,00
Atualização do imposto diferido		12					2.746,22		2.746,22
Imputação a rend. Do subs. Ao investimento		12					(13.731,05)		-13.731,05
Aplicação dos resultados obtidos no período anterior		13				46.980,16		(46.980,16)	0,00
	2		0,00	0,00	0,00	43.547,40	(7.552,07)	-46.980,16	(10.984,83)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	13						54.507,37	54.507,37
RESULTADO INTEGRAL	4+2+3							7.527,21	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	6+1+2+3+5		50.000,00	10.000,00	73.122,09	282.262,81	105.729,15	54.507,37	575.621,42

(Valores expressos em euros)

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

Demonstração das Alterações no Capital Próprio findo no período 2012

DESCRIÇÃO		Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
			Capital realizado	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Outras variações no capital próprio		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	1		50.000,00	10.000,00	73.122,09	199.776,55	131.818,14	42.371,62	507.088,40
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Reversão do passivo por imposto diferido		12				(3.432,76)	(4.805,87)		-8.238,63
Imputação a rend. Do subs. Ao investimento		12					(13.731,05)		-13.731,05
Aplicação dos resultados obtidos no período anterior		13				42.371,62		(42.371,62)	0,00
	2		0,00	0,00	0,00	38.938,86	(18.536,92)	(42.371,62)	-21.969,68
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	13						46.980,16	46.980,16
RESULTADO INTEGRAL	4+2+3							4.608,54	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	6+1+2+3+5		50.000,00	10.000,00	73.122,09	238.715,41	113.281,22	46.980,16	532.098,88

(Valores expressos em euros)

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

ES

PRO

SER



ESCOLA PROFISSIONAL DE SERNANCELHE

Esproser - Escola profissional, SA
Avenida das Tílias, nº27 | 3640 - 211 Sernancelhe
Telefone: 254 550 020 | Fax: 254 550 029
www.esproser.pt | geral@esproser.pt

NIPC 504 676 326 | Capital Social 50.000€

3 – Anexo às demonstrações financeiras



*ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**(Valores expressos em euros)***1. Identificação da entidade**

A ESPROSER - ESCOLA PROFISSIONAL, S.A., com sede social na Av. das Tílias, em Sernancelhe, com o número de identificação de Pessoa Coletiva 504.676.326, com o capital social de 50.000,00 euros, tem como atividade principal o ensino profissional.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**2.1 Referencial contabilístico**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 agosto;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de dezembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2013, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Em 14 de julho de 2009, os ativos terrenos e edifícios são escriturados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data de revalorização menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas subsequentes, determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores profissionalmente qualificados e independentes (modelo de revalorização). As revalorizações são feitas com a regularidade suficiente que

permita assegurar a inexistência de uma diferença materialmente relevante entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor à data do balanço.

Os aumentos à quantia escriturada em resultada de revalorizações são creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos capitais próprios da empresa. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra a respetiva quantia escriturada de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas nas demonstrações dos resultados como perdas de imparidade. A frequência das revalorizações é definida pelas alterações no justo valor dos ativos revalorizados, sendo considerados sempre que estes difiram materialmente da quantia escriturada.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para "Resultados transitados". Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens depreciables, são também transferidos para a rubrica "Resultados transitados".

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	5 - 40	2,5% - 20%
Equipamento básico	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento de transporte	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	2 -10	10% - 50%
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4	25% - 100%

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Estes ativos são depreciados a partir do momento que estejam prontos para a utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de

alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e gastos” ou “Outros ganhos e perdas”.

b) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de contrato da locação.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

d) Instrumentos financeiros

i. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a



informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

ii. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizadas na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

iii. Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um instrumento de capital quando não existe a obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

v. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

e) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

f) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

g) Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

h) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2010 a 2013 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010 e de quatro anos relativamente aos períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

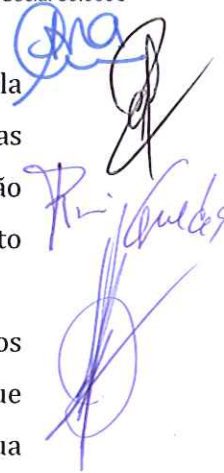
Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 25%. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 5% e 30%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159 / 2009, de 13 de Julho, onde se determina que esses ajustamentos concorrem para a formação do lucro tributável num período e 5 anos, em partes iguais, com início em 2010.



Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporários entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

i) Subsídios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o

subsidio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

j) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

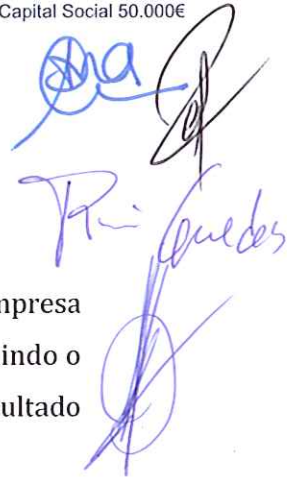
As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

k) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.



3.2 Outras políticas contabilísticas revelantes

a) *Resultado por ação*

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

b) *Fluxos de caixa*

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os juízos de valor utilizados pela Administração no processo de aplicação das políticas contabilísticas com maior impacto nas demonstrações financeiras, foram, as estimativas dos períodos de vida útil dos bens que constituem o Ativo Fixo Tangível e estimativa dos encargos com férias e subsídios de férias.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecerem nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Fluxos de caixa

4.1 Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

	31-12-2013	31-12-2012
Caixa - geral	2.284,80	238,28
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem - Euro	24.569,54	10.341,90
Total caixa e depósitos bancários	26.854,34	10.580,18



5. Partes relacionadas

5.1 Relacionamentos com a empresa mãe:

a) Nome das empresas mãe:

- Câmara Municipal de Sernancelhe
- Liga de Amigos da ESPROSER

5.2 Transações entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento das partes relacionadas:

Partes Relacionadas	
Câmara Municipal de Sernancelhe	Empresa-mãe
Liga dos Amigos da ESPROSER	Empresa-mãe

b) Transações e saldos pendentes:

2013		
	Câmara Municipal de Sernancelhe	Liga dos Amigos da ESPROSER
Transacções	2013	2013
Serviços adquiridos	57.599,13	0,00
Saldos	31-12-2013	31-12-2013
Contas a pagar	6.456,79	1.155,00

2012		
	Câmara Municipal de Sernancelhe	Liga dos Amigos da ESPROSER
Transacções	2012	2012
Serviços adquiridos	34.401,51	0,00
Saldos	31-12-2012	31-12-2012
Contas a pagar	6.528,50	1.155,00

Os serviços adquiridos ao Município de Sernancelhe, respeitam ao aluguer de viaturas para transporte de alunos, ao serviço de transportes ao encargo do Município, à renda do pavilhão desportivo e pela utilização das piscinas.

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

6. Ativos fixos tangíveis

6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método de linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usados:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	5 - 40	2,5% - 20%
Equipamento básico	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento de transporte	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	2 - 10	10% - 50%
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4	25% - 100%

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	2013							Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	
Quantia escriturada bruta								
Saldo em 01.01.2013		557.023,47	411.550,59	254.277,34	157.567,52	74.003,10	5.405,85	1.459.827,87
Adições		0,00	22.521,73	69.135,00	5.122,71	0,00	12.613,65	109.393,09
Transferências		18.019,50					-18.019,50	0,00
Saldo em 31.12.2013	0,00	575.042,97	434.072,32	323.412,34	162.690,23	74.003,10	0,00	1.569.220,96
Depreciações acumuladas								
Saldo em 01.01.2013	0,00	-204.694,94	-375.329,72	-195.591,79	-145.194,07	-62.445,00	0,00	-983.255,52
Adições	0,00	-36.821,17	-27.680,77	-14.532,08	-7.298,26	-906,56	0,00	-87.238,84
Saldo em 31.12.2013	0,00	-241.516,11	-403.010,49	-210.123,87	-152.492,33	-63.351,56	0,00	-1.070.494,36
Quantia escriturada	0,00	333.526,86	31.061,83	113.288,47	10.197,90	10.651,54	0,00	498.726,60

2012								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta								
Saldo em 01.01.2012	0,00	419.368,81	391.841,64	209.997,34	157.567,52	65.565,30	0,00	1.244.340,61
Adições		137.654,66	19.708,95	44.280,00	0,00	8.437,80	5.405,85	215.487,26
Saldo em 31.12.2012	0,00	557.023,47	411.550,59	254.277,34	157.567,52	74.003,10	5.405,85	1.459.827,87
Depreciações acumuladas								
Saldo em 01.01.2012	0,00	-180.733,21	-348.397,11	-172.956,37	-133.782,87	-61.952,63	0,00	-897.822,19
Adições		-23.961,73	-26.932,61	-22.635,42	-11.411,20	-492,37		-85.433,33
Saldo em 31.12.2012	0,00	-204.694,94	-375.329,72	-195.591,79	-145.194,07	-62.445,00	0,00	-983.255,52
Quantia escriturada	0,00	352.328,53	36.220,87	58.685,55	12.373,45	11.558,10	5.405,85	476.572,35

Os aumentos verificados no período na rubrica “Ativos fixos tangíveis”, são referentes à realização de obras na parte exterior da escola, nomeadamente a construção de uma cobertura metálica na entrada principal da escola, substituição de equipamentos informáticos, aquisição de um servidor usado e compra de um autocarro Mercedes com capacidade para 19 passageiros.

6.2 Depreciações do período:

Depreciações do período	2013	2012
Edifícios e outras construções	36.821,17	23.961,73
Equipamento básico	27.680,77	26.932,61
Equipamento de transporte	14.532,08	22.635,42
Equipamento administrativo	7.298,26	11.411,20
Outros ativos fixos tangíveis	906,56	492,37
Total	87.238,84	85.433,33

6.3 Depreciação acumulada no final do período:

Depreciações acumuladas	2013	2012
Edifícios e outras construções	241.516,11	204.694,94
Equipamento básico	403.010,49	375.329,72
Equipamento de transporte	210.123,87	195.591,79
Equipamento administrativo	152.492,33	145.194,07
Outros ativos fixos tangíveis	63.351,56	62.445,00
Total	1.070.494,36	983.255,52



7. Locações

7.1 Locações financeiras - Locatários

a) *Quantia escriturada líquida por cada categoria de ativo à data de 31-12-2013*

	2013	2012
Veículos a motor	44.509,19	56.448,69
Total	44.509,19	56.448,69

b) *Reconciliação entre o valor total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço e o seu valor presente:*

	2013	2012
Pagamentos mínimos até a um ano	12.848,81	20.283,14
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	20.674,45	33.521,96
Total	33.523,26	53.805,10

8. Participações financeiras

A empresa detém uma participação de 500,00 euros na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Távora e Douro, sediada na Rua Sá de Albergaria, Bloco E R/C em Tabuaço, para a qual não se conseguiu obter informação contabilística atualizada. Refira-se que, no último período, a empresa não obteve qualquer rendimento relacionado com as referidas empresas participadas.

Este investimento encontra-se mensurado pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

9. Réditos

9.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- Prestações de serviços** - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;
- Juros** - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo, de acordo com a substância do acordo relevante;

9.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

a) *Réditos por naturezas*

	2013	2012
Prestações de serviços	4.041,71	3.688,48
Juros obtidos	7.182,17	4.398,11
Total	11.223,88	8.086,59

De referir que todos serviços prestados realizam-se em território nacional, sendo os mesmos respeitantes à reprografia da escola, tendo-se verificado no período um incremento dos serviços prestados.

10. Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo

10.1 Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los como gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables e “intangíveis com vida útil indefinida”, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessário para compensar qualquer perda por imparidade

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.



10.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

➤ Subsídio ao investimento

Descrição	Natureza	31-12-2013			31-12-2012		
		Capitais próprios	Passivo	Demonstração de resultados	Capitais próprios	Passivo	Demonstração de resultados
Sub. Ao investimento - Obras de ampliação e requalificação da Escola	Não reembolsável	137.310,58	0,00	13.731,05	151.041,63	0,00	13.731,05
Total		137.310,58	0,00	13.731,05	151.041,63	0,00	13.731,05

➤ Subsídio à exploração

	2013	2012
POPH - Plano Operacional Potencial Humano	1.196.892,86	1.081.696,55
Total	1.196.892,86	1.081.696,55

A aumento verificado nos subsídios à exploração, encontra-se relacionado com o aumento do número efetivos de alunos, apresentando um incremento, face ao anterior período, de aproximadamente 20%, tendo mantido o mesmo número de turmas ativas.

11. Acontecimentos após a data do balanço

11.1 Autorização para a emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 3 de março. No entanto os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

11.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuadas ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

12. Impostos sobre o rendimento

12.1 Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

Gastos/rendimentos	2013	2012
Impostos correntes	-16.006,67	-23.393,01
Impostos diferidos		
Reversão de diferenças temporárias	3.432,76	3.432,76
Imposto sobre o rendimento do período	-12.573,91	-19.960,25

12.2 Relacionamento entre Gasto/Rendimento de impostos e Lucro Contabilístico

Reconciliação da taxa efetiva de imposto:

	2013		2012	
Resultado antes de Impostos		67.081,28		66.940,40
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável	25,0%	16.770,32	25,0%	16.735,10
Efeito fiscal gerado por:				
Custos não dedutíveis e benefícios fiscais	3%	2.184,31	9%	5.903,06
Tributações autónomas	1%	470,19	1%	754,85
CFEI	-5%	-3.418,15		
Taxa efetiva do Imposto e Valor de Imposto	23,9%	16.006,67	34,9%	23.393,01

12.3 Explicitação de alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

O imposto sobre o rendimento verificou uma diminuição de 23.393,01 euros em 2012 para 16.006,67 euros em 2013, correspondente a uma taxa efetiva de imposto de 23,9% em 2013 e de 34,9% em 2012. A diminuição da taxa de imposto efetiva é explicada pela diminuição dos valores corrigidos para efeitos fiscais, na modelo 22, da redução das tributações autónomas e pela utilização do crédito fiscal extraordinário ao investimento – CFEI (Lei nº 49/2013 de 16 de julho).

12.4 Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio

O imposto corrente e imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, ao capital próprio.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013, os itens debitados/creditados ao capital próprio foram como se segue:

	31-12-2012	Constituição		Reversão		31-12-2013
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	
Passivos por impostos diferidos						
Subsídio ao investimento	37.760,41	0,00	-2.746,22	-3.432,76	0,00	31.581,43
	37.760,41	0,00	-2.746,22	-3.432,76	0,00	31.581,43

O passivo por impostos diferidos é relativo ao reconhecimento de um subsídio ao investimento.

No fim do período de 2013, a empresa procedeu à atualização do valor do imposto diferido, para os períodos subsequentes, passando este a ser calculado com base na taxa de IRC de 23%.

13. Instrumentos financeiros

13.1 Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo, menos perdas por imparidade acumulada, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, quer os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado de operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de riscos de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimos em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como os contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a Empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.



Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

13.2 Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao custo menos imparidade

	31-12-2013	31-12-2012
Outras contas a receber:		
<i>Adiantamentos ao pessoal</i>	0,00	18,24
<i>Devedores por acrés. de rend. - juros a receber</i>	4.729,45	0,00
<i>Devedores por acrés. de rend. - POPH</i>	285.545,62	203.996,38
<i>Adiantamentos a fornecedores</i>	111,51	6.722,15
<i>Outros devedores</i>	9.812,87	5.352,85
	<u>300.199,45</u>	<u>216.089,62</u>
Diferimentos	8.087,54	8.530,98
Total	308.286,99	224.620,60

O aumento verificado na rubrica de outras "Outras contas a receber" encontra-se relacionado com o aumento dos rendimentos especializados respeitantes ao subsídio do POPH e pelo acréscimo dos rendimentos das aplicações financeiras.

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

	31-12-2013	31-12-2012
Fornecedores	105.012,83	35.508,70
Financiamentos obtidos		
- Corrente	188.755,75	245.798,46
- Não Corrente	114.155,61	33.521,96
	<u>302.911,36</u>	<u>279.320,42</u>
Outras contas a pagar		
- Acréscimos de gastos	56.814,52	61.332,31
- Outros credores	1.516,80	1.991,32
	<u>58.331,32</u>	<u>63.323,63</u>
Diferimentos		
- Rendimentos a reconhecer - POPH	70.046,53	0,00
Total	536.302,04	378.152,75

O aumento verificado na rubrica "Fornecedores" encontra-se relacionado com a aquisição de uma viatura pesada de passageiros, no mês de novembro, tendo-se procedido à sua liquidação, apenas em janeiro de 2014.



O aumento verificado nos financiamentos bancários, ficou a dever-se à liquidação de um financiamento no CCAM e a contratação de um novo empréstimo de médio longo prazo, junto do BPI, por montante superior ao amortizado.

No período procedeu-se ao diferimento de um valor recebido do POPH, pelo facto do mesmo respeitar ao adiantamento para o período de janeiro a abril de 2014.

c) *Compromissos de empréstimos*

	31.12.2013		31.12.2012	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	93.481,16	36.000,00	0,00	145.467,50
Contas caucionadas	0,00	139.906,94	0,00	80.047,82
Loações financeiras	20.674,45	12.848,81	33.521,96	20.283,14
Total	114.155,61	188.755,75	33.521,96	245.798,46

A Empresa possui uma conta caucionada até ao montante de 300.000 euros, contratada junto do *Millennium BCP*, renovada anualmente.

No período a Empresa contratou um empréstimo bancário de médio longo prazo, junto do BPI, pelo prazo de 48 meses, vencendo-se o mesmo em 2017.

A Empresa tem ainda contratado duas locações financeiras, referentes a duas viaturas afetas ao transporte dos alunos, sendo que um contrato termina em 2015 e outro em 2017.

Os financiamentos bancários não reembolsáveis são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos:

	31-12-2013	31-12-2012
Menos de um ano	188.755,75	245.798,46
1 a 2 anos	47.429,71	12.489,98
2 a 3 anos	48.865,12	9.928,99
3 a 4 anos	17.860,78	9.863,28
4 a 5 anos	0,00	1.239,71
Mais de 5 anos	0,00	0,00
Total	302.911,36	279.320,42

13.3 Outros ativos financeiros dados em garantia ou penhor, como colateral de passivos ou passivos contingentes

<u>Ativos financeiros dados como garantia ou penhor</u>	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Aplicações financeiras		
Super Aforro Millennium - 2008/2013	0,00	50.000,00
Millennium BCP Subordinadas - 2008/2018	15.000,00	15.000,00
Millennium rendimento premium- 2008/2013	0,00	100.000,00
Depósito a prazo no Millennium BCP	100.000,00	0,00
Depósito a prazo no Millennium BCP	50.000,00	0,00
Millenium extra tesouraria III	5.044,30	0,00
Depósito a prazo na CCAM	0,00	100.000,00
Depósito a prazo no BPI	150.000,00	0,00
Total	320.044,30	265.000,00

Handwritten signatures and notes:
 - Top right: Signature
 - Middle right: "Kijandos"
 - Bottom right: Two signatures

- **Obrigações + Depósitos a prazo no Millennium BCP:** Estas aplicações servem de garantia real sobre a conta caucionada contratada junto do Millennium BCP no montante de 300.000 euros.
- **Depósito a prazo no BPI:** serve de garantia a um empréstimo contratado junto do BPI no montante de 150.000 euros.

13.4 Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2013, a Empresa detinha um capital social de 50.000 euros, totalmente realizado.

13.5 Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2013, a Empresa detinha um capital social de 10.000 ações, ao valor nominal de 5 euro por ação.

O capital social da Empresa, a 31.12.2013, discrimina-se como se segue:

<u>Detentor do capital</u>	<u>Nº de ações</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Capital realizado</u>
Câmara Municipal de Sernancelhe	6.000	5,00	30.000,00
Liga de Amigos da Esproser	4.000	5,00	20.000,00
Total	10.000		50.000,00

13.6 Resultados transitados

Foi decidido que o resultado líquido referente ao ano anterior fosse integralmente transferido para a rubrica de resultados transitados, de acordo com a ata nº 5 da Assembleia-geral, com data de 23 de maio de 2013.

No período verificaram-se os seguintes movimentos no capital próprio:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Reservas legais	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Outras reservas	73.122,09	0,00	0,00	73.122,09
Resultados transitados	238.715,41	-3.432,76	46.980,16	282.262,81
Outras variações no capital próprio	113.281,22	-7.552,07	0,00	105.729,15
Resultado líquido do período	46.980,16	-46.980,16	54.507,37	54.507,37
Total	532.098,88	-57.964,99	101.487,53	575.621,42

Os movimentos ocorridos no período, são respeitantes à aplicação do resultado do período anterior, à realização do subsídio ao investimento e à respetiva reversão do passivo por imposto diferido.

No período procedeu-se ainda à reversão do passivo por imposto diferido associado ao subsídio ao investimento, por força da passagem da taxa de IRC de 25% para 23%, conforme descrito na nota 12.4 do presente anexo.

14. Divulgações exigidas por diplomas legais

A administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimentos ao estipulado no Art.º 210º da Lei nº 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo), a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2013, a Empresa não efetuou transações com ações próprias.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeito do nº 2 da alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

15. Outras informações

15.1 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2013 é o seguinte:

	31-12-2013	31-12-2012
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas:		
Imposto a recuperar	1.838,48	0,00
Total Ativo	1.838,48	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	6.419,87	5.096,86
Contribuições para a segurança social	6.325,95	6.352,74
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	0,00	17.811,49
Total Passivo	12.745,82	29.261,09

Handwritten signatures and initials in blue ink.

15.2 Fornecimentos de serviços externos

	2013	2012
Serviços especializados	677.723,96	601.756,88
Materiais	31.011,92	36.348,68
Energia e fluídos	19.180,65	20.328,25
Deslocações, estadas e transportes	203,00	277,50
Serviços diversos	45.947,82	38.180,15
Rendas	11.849,25	8.600,00
Comunicação	11.245,42	16.135,54
Seguros	5.182,12	4.687,28
Outros serviços	17.671,03	8.757,33
Total	774.067,35	696.891,46

O incremento verificado nos serviços especializados, encontra-se diretamente relacionado ao aumento do número dos alunos, evoluindo de modo proporcional, os gastos incorridos com alimentação e transporte. Verificou-se ainda uma variação nos gastos com publicidade, fruto de política de captação de novos alunos.

O aumento verificado na rubrica “Serviços diversos – Outros serviços”, deveu-se ao facto de, em 2013, a título excecional, a Empresa ofereceu a todos os novos alunos, inscritos pela primeira vez, um tablet Microsoft Surface RT.

15.3 *Gastos com pessoal*

	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais	122.201,88	97.575,07
Remunerações do pessoal	123.992,43	98.152,09
Encargos sobre remunerações	59.162,37	45.528,80
Seguros	6.550,74	7.269,25
Indminizações	0,00	5.023,87
Outros gastos com pessoal	1.124,85	117,50
Total	313.032,27	253.666,58

O incremento verificado nos gastos com o pessoal, ficou a dever-se a dois motivos:

- À criação líquida de 4 postos de trabalho, passando de 13 funcionários em 2012 para 17 em 2013.
- Em 2012, verificou-se o corte parcial/total dos subsídios de férias e de Natal, pelo facto da Empresa ter como acionista maioritário o Município de Sernancelhe e por conseguinte aplicaram-se os cortes previstos no Orçamento de Estado para 2012 (Lei n.º 64-B/2011, artigos 21º e 25º alínea 6-), para além dos cortes salariais sofridos com a introdução do orçamento de estado para 2011 (Lei n.º 55-A/2010, artigos 19º alínea 1- e alínea 9- q) e t)), em 2013, por decisão do Tribunal Constitucional, foram repostos os respetivos subsídios.

15.4 *Outros rendimentos e ganhos*

	2013	2012
Rendimentos suplementares	7.470,00	7.650,00
Sinistros - indmnização	3.681,37	0,00
Outros rendimentos e ganhos	58.213,38	55.340,34
Total	69.364,75	62.990,34

O valor constante da rubrica “Rendimentos suplementares” é referente ao aluguer dos equipamentos do refeitório, enquanto a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” é referente a apoios obtidos de outras entidades nomeadamente do município de Sernancelhe e a imputação do subsídio ao investimento.

15.5 Outros gastos e perdas

	2013	2012
Impostos	1.142,39	1.887,35
Dividas incobráveis	4.769,88	0,00
Outros	4.867,37	24.510,05
Total	10.779,64	26.397,40

A variação verificada na rubrica “Outros” ficou a dever-se ao facto de no período de 2012, a Empresa ter procedido pela primeira vez à especialização dos gastos com férias e subsídio de férias, tendo lançado o gasto incorrido no período, como correções relativas a períodos anteriores.

No período, procedeu-se ao reconhecimento de três dividas incobráveis, sendo as mesmas respeitantes a 3 adiantamentos de bolsas a atribuir, concedidos a 3 alunos extracomunitários, no ano de 2011, para que os mesmos se deslocassem ao seu país de origem, para regularização da sua estadia legal em Portugal. Após um ano de frequência na Esproser, os alunos saíram, não tendo devolvido os montantes adiantados. Após várias intervenções, no âmbito da recuperação dos créditos, dos quais não se obteve qualquer efeito, entendemos não ser possível a recuperação do ativo.



15.6 Resultados financeiros

	2013	2012
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	7.182,17	4.398,11
	<u>7.182,17</u>	<u>4.398,11</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-15.875,83	-16.379,29
Outros gastos e perdas de financiamento	-9.406,28	-7.065,02
	<u>-25.282,11</u>	<u>-23.444,31</u>
Total	-18.099,94	-19.046,20

O aumento verificado no valor dos juros e gastos similares suportados, ficou a dever-se, fundamentalmente ao aumento dos spread's suportados pela Empresa, nos empréstimos bancários, que passou de 5,5% em 2012 para 5,84% em 2013 e pelo aumento dos capitais financiados.

Sernancelhe, 03 de março de 2014

O Conselho de Administração

Ana Isabel Brás Chaves
 (Dr.ª Ana Isabel Brás Chaves - Presidente)

Rui Jorge Carmo Guédes
 (Dr. Rui Jorge Carmo Guédes - Vogal)

António Jorge Ribeiro Figueiredo
 (Dr. António Jorge Ribeiro Figueiredo - Vogal)

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Manuel da Silva Pereira
 (Dr. Carlos Manuel da Silva Pereira - TOC nº 55.091)

